

PARTIDOS

ACM acusa Mendonça de tentar derrubar Malan

Senador condena confronto entre adeptos da estabilidade e do desenvolvimento e diz que política da Fiesp é errada

WILSON TOSTA

RIO — O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), acusou ontem o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros (PSDB) de ser um dos promotores da “guerra surda política” que seria a causa de boatos sobre a suposta saída de Pedro Malan do Ministério da Fazenda. O senador, que participou de um fórum na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), disse que “ficou evidente” a participação, na disputa, do ex-ministro, integrante da corrente desenvolvimentista da base do governo. “Ele (Mendonça de Barros) não prestou nenhum bom serviço ao País”, criticou.

A guerra a que ACM se referiu é o confronto entre os adeptos da prioridade para a estabilidade da economia, alinhados com o PFL e com Malan, e os defensores da retomada do desenvolvimento, ligados ao PSDB, que têm no ex-ministro o seu maior formulador. O senador baiano afastou a possibilidade de Malan deixar o cargo. “Acho que isso não é verdadeiro”, afirmou. “O presidente Fernando Henrique reiterou total confiança em Malan; os indicadores econômicos são todos favoráveis.” Segundo ele, o confronto “não contribui, evidentemente, para o bem País”.

O senador considerou “fútil” a discussão entre “estabilistas” e “desenvolvimentistas”, que tem dividido o governo, mas tomou partido dos pefelistas no debate. “Como se uma coisa não dependesse da outra”, disse ele, referindo-se ao dilema estabilidade versus desenvolvimento. Segundo ACM, “ninguém é contra o desenvolvimento”. Ele afirmou que o País não está vivendo “um mar de rosas” e criticou o que considerou disposição para “achar que os indicadores estão melhorando e, por isso, deve-se gastar tudo”.

“Falo até com mais autoridade do que eles (os desenvolvimentistas), porque já vivi mais tempo e já passei pelo desenvolvimento do presidente Kubitschek”, disse. “Também já passei pelo problema inflacionário, que levou o País a uma situação cujas consequências sofre até hoje; não podemos repetir erros do passado.” Antonio Carlos recordou a crise de janeiro, dizendo

que nenhum país pode andar certo se tem no Banco Central “alguém que não se dá com o ministro da Fazenda”, o que ocorria quando Francisco Lopes presidia o BC. “Isso não pode funcionar nunca, senão dá no que deu, nesse prejuízo terrível que houve em janeiro, por causa dessa brincadeira de querer mudar Malan na hora errada.” Fiesp — O senador também atacou duramente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e seu presidente, Horácio Lafer Piva, que defendeu mudanças no Ministério da Fazenda. “Acho que a Fiesp pensa naquilo que interessa ao seu presidente, e talvez a alguns diretores, sem pensar no que interessa mais ao Brasil”, comentou.

“Evidentemente, trata-se de uma política errada, que não ocorre no Rio”, afirmou, em elogio à Firjan. ACM disse ainda que “também os paulistas não apóiam essa atitude da Fiesp”, que atribuiu a interesses pessoais ou de empresas mais ligadas a dirigentes da Fiesp do que ao povo ou à indústria paulistas.

“O governo é do Brasil, não pode ser de São Paulo”, afirmou. “E os paulistas compreendem isso e sabem que a melhor maneira de crescer é não querer monopolizar as ações econômicas.” Para ele, “falta senso na Fiesp (que tem

criticado a política econômica do governo), e não falta na Firjan (que a tem sustentado incondicionalmente)”.

O presidente do Senado defendeu uma reforma para aprimorar o setor de fiscalização do Banco Central que, em sua opinião, tem falhado seguidamente. “Tem Marka, PonteCindam, houve os problemas do Econômico, do Nacional, do Bamerindus; tudo isso ocorreu com várias falhas que não foram detectadas antes”, criticou. “Evidentemente, se houvesse uma boa fiscalização, isso tudo não teria ocorrido, e o País teria sofrido menos.”

Comissão — Durante o Fórum da Gestão Pública Eficiente, promovido pela Firjan, o senador anunciou que vai propor a criação no Senado de uma comissão permanente de fiscalização da Justiça, pois a CPI do Judiciário, apesar de ter atingido seus objetivos, não terá tempo para investigar tudo. “O Senado receberá as denúncias e as enviará para uma subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça e, aí, nós mandaremos para um Conselho da Magistratura, a ser criado, ou para os próprios tribunais onde ocorrerem as fa-



Robson Fernandes/AE

Com Fraga: “Não há pirueta, não há canetada, não há ato de vontade do governo que possa resolver o problema”

lhas para que tomem as providências”, explicou, antecipando como será o funcionamento do novo órgão. “Não vamos interferir na Justiça, vamos forçá-la a agir em benefício da população.” O senador arrancou aplausos da platéia, formada por políticos e empresários, ao propor mudanças na Justiça, principalmente trabalhista.

“O Tribunal Superior do Trabalho diz que tem 2,5 milhões de processos, trabalha intensamente e cada ano vota 100 mil”, observou. “Mas, assim, vamos ter 5 milhões para o ano; temos de ver uma maneira de resolver isso nas instâncias mais baixas, para que esses processos não cheguem lá e não haja esse número tão grande.” ACM ficou emocionado e chorou quando, durante discurso, o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, homenageou seu filho, o deputado Luís Eduardo Magalhães, que morreu no ano passado.

Depois de ter seu nome à Presidência da República informalmente lançado por Gouvêa Vieira, o senador não descartou a possibilidade de aceitar a candidatura, mas afirmou que ainda é cedo para uma decisão desse tipo. “Vamos cuidar da eleição para prefeitos (em 2000) e, depois, vamos cuidar desse assunto”, acrescentou. “Eu, evidentemente, não vou dizer que não gostaria de ser, mas sou muito realista, pragmático, e só vou na hora própria, se isso for conveniente”, disse. “É muito longe para qualquer um, até porque quem vai assim para o sereno tão cedo, não chega lá.”

CRÍTICA ÀS FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DO BC